



ORÇAMENTO DE ESTADO 2016 EM ANÁLISE

Foi publicada a Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março, que aprovou o Orçamento de Estado para 2016.

Nesta edição da UPDATE procedemos à análise detalhada de duas matérias consagradas no OE2016, com particular impacto para as empresas cotadas: o problema da neutralidade fiscal entre os capitais próprios e os capitais alheios, e o tema da *participation exemption*.

Sem prejuízo da recente publicação do OE2016 a AEM mantém o diálogo com as principais autoridades públicas, com destaque para o Governo de Portugal, relativamente às propostas fiscais que tem vindo a apresentar no contexto da indispensável dinamização e revitalização do mercado de capitais.

ENTREVISTA “CONVERSA CAPITAL”

Em Março, o Director Executivo da AEM deu uma Grande Entrevista ao Diário Económico, RTP e Antena 1, sobre a situação actual do mercado de capitais nacional, e na qual, entre outros assuntos, foram igualmente abordados o Orçamento de Estado para 2016 e a situação das bolsas mundiais.



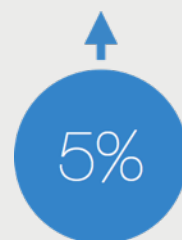
A entrevista pode ser lida [aqui](#).

O vídeo da entrevista completa está disponível [aqui](#).

APP AEM - FAÇA [AQUI](#) O DOWNLOAD

MERCADO DE CAPITAIS PORTUGUÊS

MARÇO 2016



No final de Março de 2016, o índice PSI-20 encerrou nos 5.020,61 pontos, mais 5,3% do que no final de Fevereiro, mas menos 15,9% do que no período homólogo de 2015.



No final de Março de 2016, o valor das transacções efectuadas no mercado secundário a contado totalizou 2.505,5 milhões de euros, mais 22,2 milhões do que no final de Fevereiro, mas menos 868,3 milhões (25,7%) do que no período homólogo de 2015.

Na Euronext Lisbon, a quebra do volume de transacções em relação ao período homólogo de 2015, foi de 25,3%

(Fonte: Euronext Lisbon e CMVM)



CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA DOMÉSTICA no final de MARÇO de 2016 (em milhões de euros)

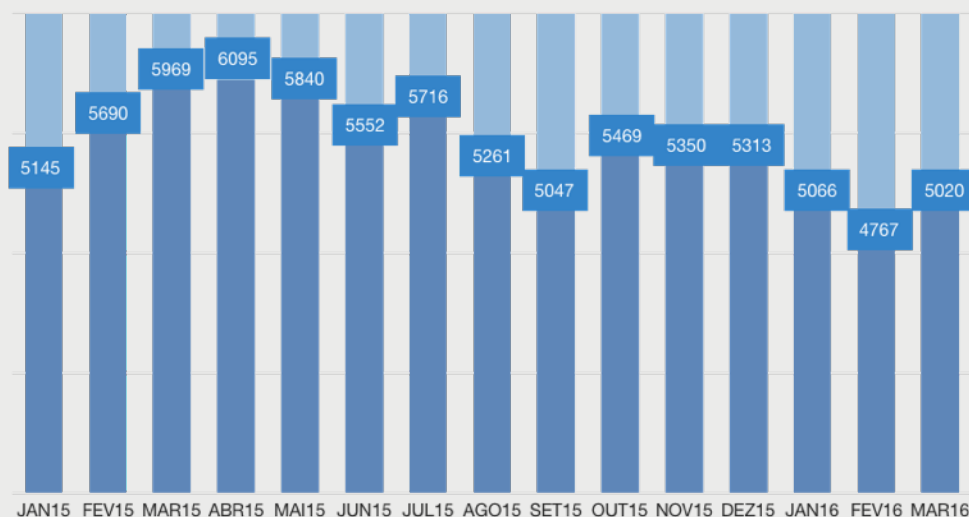
EMPRESA	CAPITALIZAÇÃO	EMPRESA	CAPITALIZAÇÃO	EMPRESA	CAPITALIZAÇÃO
EDP	10 087	LUZ SAÚDE	283	SPORTING	31
GALP ENERGIA	8 259	MONTEPIO	233	BENFICA	29
JERÓNIMO MARTINS	8 231	MEDIA CAPITAL	211	GLINTT	21
EDP RENOVÁVEIS	6 250	IBERSOL	184	MARTIFER	19
NOS	3 456	SONAE CAPITAL	150	SAG GEST	18
PORTUCEL	2 402	F.RAMADA	125	INAPA	16
BCP	2 278	TEIXEIRA DUARTE	122	OREY ANTUNES	15
SONAE	2 070	PHAROL	121	FUT.CLUBE PORTO	11
BANCO BPI	1 454	SUMOL+COMPAL	119	ESTORIL SOL P	6
CTT	1 208	VAA VISTA ALEGRE	80	LISGRAFICA	3
SEMAPA	908	ESTORIL SOL N	66	REDITUS	3
REN	896	NOVABASE	66	SDC INV.	3
ALTRI	777	IMPRESA	58	IMOB. GRAO PARA	0
CORTICEIRA AMORIM	736	SONAE INDÚSTRIA	54	COMPTA	0
BES	674	INAPA-PREF S/ VOTO	45	SDC INV.-PREF.	0
SONAE COM	594	COFINA	40		
MOTA ENGIL	345	TOYOTA CAETANO	36		



No final de Março de 2016, a capitalização bolsista das acções domésticas totalizava 52,427 milhões de euros, menos 1,72 % do que no início de Fevereiro de 2016

(Fonte: Euronext Lisbon)

EVOLUÇÃO do ÍNDICE PSI20 em 2016



No final de Março de 2016, o índice PSI-20 encerrou nos 5.020,61 pontos.

O índice registou, portanto, um crescimento de 5,3% em relação ao final de Fevereiro.

(Fonte: Euronext Lisbon e CMVM)



O quadro da esquerda permite observar a evolução do Índice PSI-20, desde o início do ano, em comparação com os restantes índices do universo Euronext.

(Fonte: Euronext Lisbon)



OFERTAS PÚBLICAS INICIAIS NA EUROPA (2014, 2015 e Q1 2016)

Stock Exchange	Stock exchange offering value (€m)							Number of IPOs		
	2014 *	2015 total	Q1 2015	Q2 2015	Q3 2015	Q4 2015	Q1 2016	2014 total	2015 total	2016 total
London Stock Exchange	19,394	16,370	4,648	4,697	747	6,278	2,327	137	92	18
Euronext	10,495	11,228	2,637	2,267	618	5,706	3	41	46	1
Euronext Amsterdam	5,479	6,113	1,696	-	554	3,863	-	6	8	
Euronext Paris	4,250	4,720	909	1,999	64	1,748	3	32	32	1
Euronext Brussels	636	395	32	268	-	95	-	2	6	-
Euronext Lisbon	130	-	-	-	-	-	-	1	-	-
BME (Spanish Exchange)	4,514	7,794	4,310	2,593	867	24	5	13	24	3
Deutsche Börse	3,565	6,795	573	728	1,539	3,955	288	17	23	3
NASDAQ OMX	4,524	5,905	1,416	2,447	91	1,951	811	62	90	
OMX Stockholm	2,929	5,216	1,040	2,268	61	1,847	317	53	72	
OMX Helsinki	135	409	208	114	30	57	17	7	11	
OMX Copenhagen	1,460	168	168	-	-	-	477	2	2	
OMX Iceland	-	112	-	65	-	47	-	-	3	-
OMX Tallinn	-		-	-	-	-	-	-	1	-
OMX Vilnius	-		-	-	-	-	-	-	1	-
Borsa Italiana	2,593	5,265	490	993	581	3,201	28	26	27	2
SIX Swiss Exchange	1,155	2,039	1,882	-	157	-	0	6	3	1
Oslo Børs & Oslo Axess	1,572	1,078	57	587	-	434	-	17	8	-
Warsaw	313	440	8	313	18	101	19	35	33	5
Irish Stock Exchange	483	394	302	92	-	-	-	3	2	-
Borsa Istanbul	253	42	16	7	2	17	11	13	6	1
Zagreb Stock Exchange	-	36	36	-	-	-	-	-	2	-
Sofia	-	6	-	-	-	6	-	-	1	-
Bucharest Stock Exchange	444	-	-	-	-	-	-	1	5	-
Wiener Börse	194	-	-	-	-	-	-	2	1	-
Athens Stock Exchange	35	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Prague Stock Exchange	14	-	-	-	-	-	-	1	1	-
Budapest	3	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Total	49,551	57,392	16,375	14,724	4,620	21,673	1981,33	376	364	34

Quadro adaptado dos originais publicados pela PWC nas suas análises IPO Watch de 2014, 2015 e Q1 2016.
Toda a informação está disponível [aqui](#).

O quadro *supra* permite comparar a evolução dos movimentos (em número e montantes) de ofertas públicas iniciais, em várias Bolsas europeias, ao longo de 2014, 2015 e 2016.

A observação realizada confirma que o mercado europeu de IPOs manteve o seu funcionamento regular durante os anos de 2014 e 2015, facto que comprova que o caso português apresenta dificuldades próprias que devem merecer atenção e soluções desenhadas à medida das necessidades específicas da economia e das empresas portuguesas.



LEGISLAÇÃO NACIONAL PRINCIPAIS DIPLOMAS RECENTES

ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2016

[Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março](#)

Aprova o Orçamento do Estado para 2016.

[Lei n.º 7-B/2016, de 30 de Março](#)

Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016-2019.

[Lei n.º 7-C/2016, de 30 de Março](#)

Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2016-2019.

[Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de Abril](#)

Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016.

[Relatório do Orçamento](#)

Relatório do Orçamento de Estado para 2016, do Ministério das Finanças.

[CNPD - Parecer - OE2016](#)

Parecer da Comissão Nacional de Protecção de Dados sobre a Proposta de Lei n.º 12/XIII/1.ª que aprova o Orçamento de Estado para 2016.

[Comunicação de S. Exa., o Presidente da República](#)

Comunicação de S. Exa., o Presidente da República, sobre a Promulgação do Orçamento do Estado para 2016.



[A AEM NO FLIPBOARD](#)

OUTROS DIPLOMAS

[Lei n.º 5/2016, de 29 de Fevereiro](#)

Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

[Lei n.º 8/2016, de 1 de Abril](#)

Restabelece os feriados nacionais.

[Decreto-Lei n.º 11/2016, de 8 de Março](#)

Cria uma medida excepcional de apoio ao emprego através da redução da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora.

[Acórdão n.º 76/2016, do Tribunal Constitucional, de 6 de Abril](#)

Julga inconstitucional a norma contida no n.º 1 do artigo 257.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho (dever de comunicação dos acidentes de trabalho às autoridades administrativas que é imposto aos empregadores).

[Aviso n.º 463/2016, de 18 de Janeiro](#)

Taxa de referência para o cálculo das bonificações a vigorar entre 1 de Janeiro e 30 de Junho de 2016

[Aviso n.º 890/2016, de 27 de Janeiro](#)

Taxas supletivas de juros moratórios em vigor no 1.º Semestre de 2016.

[Projecto de Resolução 221/XIII](#)

Recomenda ao Governo a adopção de medidas que promovam a capitalização das empresas e a diversificação das suas fontes de financiamento.



ORÇAMENTO DE ESTADO 2016 O PROBLEMA DA NEUTRALIDADE FISCAL

A AEM tem vindo a apresentar um conjunto de propostas fiscais com o objectivo de contribuir para a criação de um ambiente mais propício ao desenvolvimento do investimento e da capitalização das empresas portuguesas através do mercado de capitais.

Uma das principais propostas apresentada é a da consagração de uma situação de verdadeira neutralidade fiscal, que anule a desvantagem competitiva dos capitais próprios (*i.e.*, dividendos não dedutíveis) face ao capital alheio (*i.e.*, juros dedutíveis), a obter através da introdução de regras fiscais que incentivem o reforço dos capitais próprios das empresas (principalmente, através da sua admissão à cotação e manutenção em mercado), protejam os investidores, evitando potenciais distorções do mercado, e aproximem a situação portuguesa dos regimes fiscais mais favoráveis de outros países da Europa.

A este propósito, deve recordar-se que, entre 2008 e 2010 (e depois, por renovação, até 2013), esteve em vigor um regime que consagrava a possibilidade de ser deduzida como custo em IRC uma remuneração convencional do capital social, a uma taxa de 3%.

Este regime não teve sucesso, pois, a dedução em causa apresentava-se muito limitada, entre outros aspectos, por um âmbito pessoal extremamente restritivo quer quanto à dimensão das sociedades beneficiárias quer quanto ao tipo de investidor elegível.

Posteriormente, desde 2014, o artigo 41.º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais prevê o regime da remuneração convencional do capital social como benefício geral (concretizado na dedução ao lucro tributável de 5% das entradas realizadas em dinheiro no momento da constituição ou do aumento do capital social), mas este benefício permanece fortemente limitado (*e.g.*, a sociedade beneficiária deve ser qualificada como PME, os sócios participantes devem ser pessoas singulares, sociedades de capital de risco ou investidores em capital de risco, e a dedução está sujeita à regra europeia em matéria de auxílios de *minimis*).

Este regime fiscal, sujeito a caducidade ao final de cinco anos se não for renovado, constitui pois, actualmente, o único benefício relativo à utilização de capital próprio, já que o Orçamento de Estado para 2016 não efectuou qualquer alteração a estas matérias.

Porém, como se viu, este regime (o qual, desde logo, deixa de fora as soluções de capitalização através do mercado de capitais), é extremamente restritivo, permanecendo as razões que, no passado, conduziram à sua inutilidade e insucesso.

Assim, continua a afigurar-se urgente a criação de verdadeiros incentivos à capitalização de empresas de média e maior dimensão, sem discriminação quanto ao tipo de investidor, potenciando a capacidade das sociedades em causa para o crescimento e a criação de empregos.

Neste contexto, e pese embora a ausência de tratamento do tema em causa no OE2016, a AEM vê como muito positivas as referências, no Programa Nacional de Reformas recentemente apresentado pelo XXI Governo, à necessidade de suprimir as actuais “limitações do enquadramento fiscal enquanto instrumento de incentivo à capitalização de empresas” e de “reforçar os mecanismos que assegurem um tratamento fiscal não discriminatório para a utilização de capitais próprios”, objectivos para os quais irá continuar a contribuir através da apresentação de propostas concretas, fundamentadas e devidamente detalhadas.



ORÇAMENTO DE ESTADO 2016 REVERSÃO DO REGIME DE PARTICIPATION EXEMPTION

De entre as principais alterações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2016, merece destaque, pelo seu impacto negativo, o retrocesso verificado no regime de “participation exemption”.

Com a reversão do regime de eliminação da dupla tributação sobre os lucros, a exclusão de tributação dos lucros e reservas recebidos e das mais valias ou menos valias obtidas com a transmissão onerosa de instrumentos de capital próprio, passa a exigir uma participação mínima de 10% (quando antes se exigia uma participação mínima de 5%) e um período mínimo de detenção de um ano (quando antes se exigia um período de detenção de 24 meses), mantendo-se a possibilidade de cumprimento *a posteriori* do período de detenção.

Os novos requisitos quanto à percentagem e ao prazo de detenção das participações aplicam-se às participações detidas à data da entrada em vigor do Orçamento de Estado, contando-se o novo prazo de detenção desde a data de aquisição da participação de 10% do capital social ou dos direitos de voto.

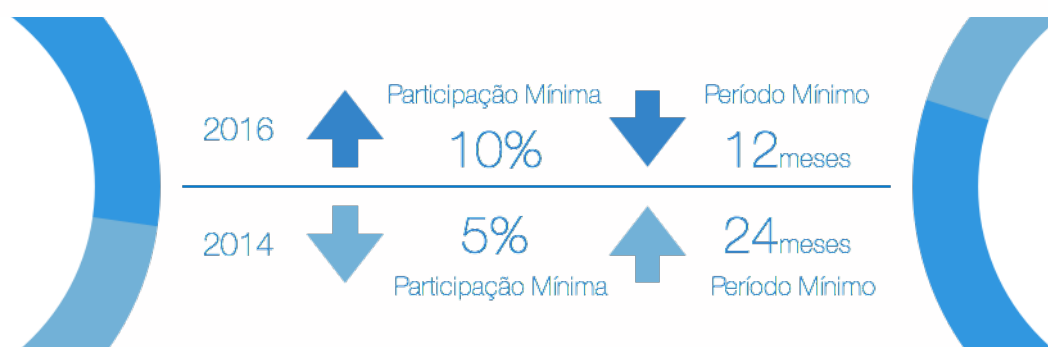
Ora, se o quadro anterior já não era particularmente atractivo (devendo recordar-se que a Comissão para a Reforma do IRC propôs, originalmente, a redução da participação relevante para a isenção dos dividendos auferidos para 2% e que a exigência de uma participação não inferior a 5% que veio a ser consagrada já representou, quanto às mais-valias, um regime menos favorável do que o previamente existente para as SGPS), a reversão do regime de “participation exemption”, com a exigência de um mínimo de 10% de participação social, constitui um retrocesso significativo.

O regime que se encontrava em vigor (recorde-se, apenas desde 2014) procurava reforçar a eliminação da dupla tributação, tornando a economia portuguesa mais competitiva e ajudando à internacionalização das empresas portuguesas e à captação de investimento, bem como ao aumento do potencial de Portugal como plataforma de investimento para a União Europeia e países emergentes, através de normas fiscais mais competitivas.

Na verdade, no quadro da fraca competitividade fiscal portuguesa em sede de tributação internacional, o regime de tributação de dividendos, e o regime de tributação dos rendimentos empresariais em geral, pode constituir um instrumento fundamental de competitividade internacional, com efeitos indutores na atractividade de investimento, nacional e estrangeiro, e de apoio à internacionalização das empresas.

A solução consagrada vai em sentido inverso; por isso, é uma má solução.

E, além de sacrificar um importante instrumento de competitividade internacional, a solução consagrada reforça a má imagem externa, de instabilidade, imprevisibilidade, e falta de confiança, do nosso sistema fiscal, pois viola a promessa anterior, para as empresas e para os investidores, de uma reforma credível, assente num horizonte alargado de estabilidade e que, além do mais, fora objecto de um alargado consenso parlamentar.





LEGISLAÇÃO NACIONAL

PUBLICAÇÕES RECENTES DA CMVM



[Relatório Anual sobre o
Governo das Sociedades - 2014](#)

CMVM e IPCG estabelecem bases de entendimento sobre códigos de governo societário - [aqui](#)

Indicadores de Síntese do Mercado de Capitais Português – Março de 2016 - [aqui](#)

CNSF - Iniciativas Legislativas para 2016 - [aqui](#)

Circular relativa à Elaboração, Comunicação e Publicação dos Relatórios e Contas dos Organismos de Investimento Colectivo - [aqui](#)

Circular aos Auditores de Entidades de Interesse Público - Prestação de Serviços Distintos da Auditoria - [aqui](#)

ESMA: Respostas às Perguntas Mais Frequentes Relativas à Directiva de Abuso de Mercado - [aqui](#)

PUBLICAÇÕES RECENTES DO BANCO DE PORTUGAL



[Relatório de Estabilidade
Financeira - Novembro 2015](#)

Boletim Estatístico - Março de 2016 - [aqui](#)

Boletim Oficial - Março de 2016 - [aqui](#)

Boletim Económico - Dezembro de 2015 - [aqui](#)

Projeções para a Economia Portuguesa: 2016-2018 - [aqui](#)

Sistema Bancário Português - Desenvolvimentos Recentes - 4.º Trimestre de 2015 - [aqui](#)

[Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2016](#)
Regulamenta o reporte de informação financeira, em base individual, para fins de supervisão, estatísticos e de análise de riscos macroprudenciais com uma periodicidade trimestral.



ECONOMIA PORTUGUESA DIAGNÓSTICOS E PERSPECTIVAS



[Banco de Portugal - Projeções para a economia portuguesa: 2016-2018](#)



[FMI - International Monetary Fund - Country Report 16/97 -Third Post-Program Monitoring Discussions](#)



[Conselho das Finanças Públicas - Finanças Públicas: Situação e Condicionantes 2016-2020](#)



[EC - Comissão Europeia - 2016 Country Report for Portugal - Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão](#)



[Conselho Económico e Social - Parecer sobre o Orçamento do Estado para 2016 e Parecer sobre as Grandes Opções do Plano para 2016-2019](#)



[OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - Going for Growth 2016](#)



COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE PSI20

Em Março de 2016, foi alterada a composição do Índice de referência do mercado português, passando o PSI20, nos termos das regras definidas pela Euronext Lisbon, a ser composto por dezoito empresas.

EMPRESA	ISIN
ALTRI SPGS	PTALT0AE0002
BANCO COMERCIAL PORTUGUES	PTBCP0AM0007
BANCO BPI	PTBPI0AM0004
CORTICEIRA AMORIM	PTCOR0AE0006
CTT CORREIOS DE PORTUGAL	PTCTT0AM0001
EDP	PTEDP0AM0009
EDP RENOVAVEIS	ES0127797019
GALP ENERGIA	PTGAL0AM0009
JERONIMO MARTINS SGPS	PTJMT0AE0001
MONTEPIO	PTCMHUI00015
MOTA ENGIL	PTMEN0AE0005
NOS SGPS	PTZON0AM0006
PHAROL	PTPTC0AM0009
PORTUCEL	PTPTI0AM0006
REN	PTREL0AM0008
SEMAPA	PTSEM0AM0004
SONAE	PTSON0AM0001
SONAE CAPITAL	PTSNP0AE0008

A Euronext actualizou igualmente a folha informativa com os principais dados sobre o Índice, a qual se encontra disponível [aqui](#).

PSI 20®



INTERBOLSA CONCLUIU MIGRAÇÃO PARA O T2S

A Interbolsa concluiu o processo de migração para o TARGET2-Securities.

O TARGET2-Securities (T2S) é a plataforma europeia do Eurosistema para a liquidação de transacções de títulos em euros, através da qual, o Banco Central Europeu pretende facilitar a gestão de liquidez e de garantias na Europa e contribuir para uma maior integração dos mercados europeus de capitais.

Em funcionamento desde Junho de 2015, o TARGET2-Securities integra, para além de Portugal, os mercados da Grécia, Itália, Malta, Roménia e Suíça.

No final de 2017, a plataforma deverá estar instalada em 21 países europeus e processará quase 100 por cento das transacções de títulos em euros.

A Euroclear Belgium, a Euroclear France e a Euroclear Nederland, entidades que servem os restantes mercados Euronext, apenas deverão concretizar a sua migração em Setembro de 2016.



EUROPEAN ISSUERS POSIÇÕES PÚBLICAS

REVISÃO DA DIRECTIVA DO PROSPECTO

A produção de um Prospecto constitui um dos principais custos e impedimentos à entrada em Bolsa de novas empresas e ao aumento de financiamento através do mercado de capitais.

Nestes termos, a EuropeanIssuers congratula-se com a revisão das regras europeias em matéria de Prospecto, tendo em vista tornar o processo de acesso ao mercado de capitais mais fácil e menos dispendioso.

No entanto, a opinião da EuropeanIssuers, desenvolvida com a participação da AEM, enfatiza que a Comissão Europeia deveria ser mais ambiciosa nas suas propostas.

Assim, com o objectivo de contribuir para o debate e para o sucesso da revisão da Regulamentação em matéria de Prospecto, a EuropeanIssuers preparou um conjunto de documentos:

Posição Final da EuropeanIssuers - [aqui](#)

Propostas de alteração ao Regulamento em Matéria de Prospecto - [aqui](#)

Proposta detalhada em matéria de conteúdos mínimos para os casos especiais de PME e ofertas secundárias - [aqui](#)

Briefing em matéria de factores de risco no contexto da proposta de Regulamento do Prospecto - [aqui](#)

Consulte igualmente outras posições da EuropeanIssuers, preparadas com a participação da AEM, sobre as seguintes matérias:

Resposta à Consulta da ESMA em matéria de Linhas de Orientação quanto à Regulação em matéria de Abuso de Mercado, [aqui](#).

Posição sobre o Regime de Transparência “COUNTRY BY COUNTRY” de Informação Fiscal, [aqui](#).

PLANO JUNKER PORTAL EUROPEU DE PROJECTOS DE INVESTIMENTO

O Portal Europeu de Projetos de Investimento é um dos elementos constituintes do Plano Juncker, e já se encontra disponível [aqui](#).

O Portal pretende ser uma plataforma eletrónica de contacto entre promotores de projectos de investimento e investidores, em que se apresentam projectos susceptíveis de serem apoiados pelo Plano Juncker.

O apoio pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) ou pelo Fundo Europeu de Investimento (FEI) pode ser directo ou indirecto, incluindo por via de uma entidade protocolada com aquelas duas instituições, designadamente uma instituição financeira ou outro tipo de entidade, pública ou privada.

Figurar no Portal pode ser, para o promotor do projeto (e para os seus apoiantes/financiadores), uma forma de obter visibilidade à escala europeia, que poderá gerar interesse por parte de novos investidores, nacionais e internacionais.

Para tal será necessário que o promotor de um projecto existente ou a criar se inscreva e envie os elementos relativos à sua potencial participação para o endereço de correio eletrónico: eipp-project@ec.europa.eu.



GOVERNANCE LAB CONFERÊNCIA

ALMEDINA

CONVITE

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

14 de Abril
5.ª feira | 18h00

LANÇAMENTO DO LIVRO
"A GOVERNAÇÃO DOS BANCOS NOS
SISTEMAS JURÍDICOS LUSÓFONOS"

18h00 – A governação dos bancos em Portugal

Fernando Ulrich, Presidente da Comissão Executiva do Banco BPI
Fernando Faria de Oliveira, Presidente da Associação Portuguesa de Bancos
Rui Cartaxo, Consultor do Conselho de Administração do Banco de Portugal e coordenador do Grupo de Trabalho sobre Governance e do Livro Branco do Sistema Financeiro

Moderador: Nicolau Santos, Diretor-adjunto do semanário Expresso

19h30 – Encerramento da sessão

Paulo Câmara, Coordenador do Governance Lab

GOVERNANCE LAB

O Governance Lab realiza, no próximo dia 14 de Abril de 2016, pelas 18h00, na Fundação Calouste Gulbenkian, uma Conferência subordinada ao título "O Corporate Governance dos Bancos em Portugal", para a qual o promotor da iniciativa convida os associados da AEM.

A entrada é livre.

RELATÓRIO ECODA com a participação da AEM

Tendo como objectivo estimular o aperfeiçoamento dos relatórios de governo das sociedades, a Comissão Europeia tem procurado estabelecer um entendimento coordenado sobre a interpretação e a aplicação das recomendações constantes dos diferentes códigos de governo em vigor nos diversos Estados-membros.

Neste contexto, a ecoDa - European Confederation of Directors' Associations procedeu ao levantamento das diferentes soluções em vigor, com destaque para o "estado da arte" do princípio "comply or explain" nos diferentes ordenamentos.

As conclusões deste levantamento constam do relatório "Corporate Governance Compliance and Monitoring Systems across the EU", o qual, no caso português, contou com informação disponibilizada pela CMVM, pela AEM e pelo IPCG, entidades que, para o efeito, trabalharam de forma conjunta na preparação dos conteúdos em causa.

ecoda
The European Voice of Directors

**Corporate Governance Compliance
and Monitoring Systems across the EU**

in collaboration with
MAZARS



APP AEM EM DESTAQUE NO PORTUGAL ECONOMY PROBE

A APP AEM, premiada na última edição dos Euronext Lisbon Awards, com a atribuição do prémio na categoria de “Best Capital Market Promotion Initiative – Dedicated to Retail Investors”, está em destaque, ao longo do mês de Abril, no Portugal Economy Probe.

Portugal Economy
PE Probe

Invest in Portugal
MORE ABOUT PORTUGAL

aem
ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS EMITENTES DE VALORES COTADOS EM MERCADO

AEM mobile app provides information about the Portuguese capital markets

O Portugal Economy Probe (www.peprobe.com) é o único site que disponibiliza gratuitamente, em três idiomas (português, inglês e chinês), toda a informação sobre a economia portuguesa e o seu sistema financeiro e empresarial, tendo por objectivo a promoção de um conhecimento correcto sobre a realidade económica portuguesa, em Portugal e no estrangeiro, e oferecendo informação factual e fidedigna, oriunda de mais de duzentas e cinquenta fontes de informação e conteúdos.

FAÇA [AQUI](#) O DOWNLOAD DA APP AEM



COORDENAÇÃO
PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO
PROFESSORA DOUTORA ANA PERESTRELO DE OLIVEIRA

I CURSO PÓS-GRADUADO EM CORPORATE GOVERNANCE

DIREITO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

23 FEVEREIRO > 16 JUNHO 2016

TERÇAS E QUINTAS 18H30-20H30
FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

No contexto do acordo de cooperação entre a FDL – Faculdade de Direito de Lisboa, através do seu Centro de Investigação de Direito Privado, e a AEM, decorre o I Curso de Pós-Graduação em Corporate Governance, dirigido aos profissionais que necessitam de um nível avançado de conhecimentos das relações societárias internas e externas (consulte o [Programa](#) completo do Curso).

ACOMPANHE A AEM NAS REDES SOCIAIS



[Read](#)

[Follow](#)

[Link](#)

[Like](#)

[Share](#)

[Discuss](#)

AEMUPDATE

Abril 2016

Largo do Carmo, n.º 4, 1.º Dto.
1200-092 Lisboa
Tel.: + 351 21 820 49 70
geral@aem-portugal.com
www.emitentes.pt

© AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
Abril de 2016

Na elaboração da presente newsletter não foi adoptado o novo Acordo Ortográfico.